

### O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS RURAIS DO MATO GROSSO SUL

### *EL TURISMO COMUNITARIO EN LOS TERRITORIOS RURALES QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO SUL*

Joel Pereira Cirqueira, UFMS, [jkp266@gmail.com](mailto:jkp266@gmail.com)

Milton Augusto Pasquotto Mariani, UFMS, [milton.mariani@ufms.br](mailto:milton.mariani@ufms.br)

#### INTRODUÇÃO

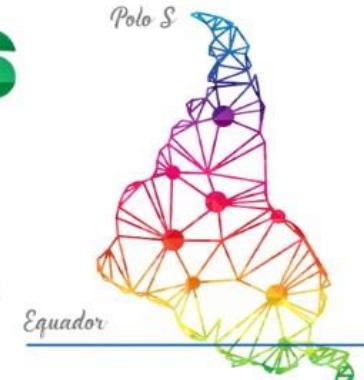
Pensarmos turismo de base comunitária (TBC) requer uma compreensão conceitual de dois conceitos oriundos da geografia: território e territorialidades. Ao falar de território, é comum associá-lo ao espaço geográfico e Haesbaert (2001) aponta que essa associação se deve à relação do território as questões materiais.

Santos (2006) complementa o conceito de território como um espaço onde acontecem eventos materiais e imateriais, refletindo lutas, dominações, disputas, alegrias e tristezas. Moraes (2002) destaca o território como relacional, qualificado pelo uso humano, não apenas por sua materialidade.

Outro conceito crucial é o de territorialidade, Mariani e Arruda (2010) nos ajudam a entender que as territorialidades atribuem significado à existência do território e geram poder, evidenciado por construções, imagens e símbolos no território.

A escritora Carolina Maria de Jesus, em "Quarto de despejo", nos ilustra como estes conceitos estão imbricados ao produzirem identidades territoriais:

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p.37).



Assim como Carolina Maria de Jesus, cujas territorialidades emergem em ambientes vulneráveis, como as favelas, na narrativa histórica brasileira, deparamo-nos com diversos momentos em que essa dinâmica persiste. Indivíduos marginalizados, como negros, quilombolas, indígenas, travestis, entre outros, veem-se compelidos a se reinventar para subsistir diante das posições subalternizadas que lhes são impostas. Essa repetição de realidade constitui um fio condutor em territórios quilombolas, revelando a resiliência e a incessante busca por existência dessas comunidades.

Nascimento (1982; 1985) é uma figura de destaque no estudo dos territórios quilombolas, chamados de quilombos. A autora foi uma das primeiras a estudar os quilombos brasileiros, dedicando cerca de 20 anos de estudo. O quilombo é destacado assumindo um sentido de espaço de luta e resistência. Essa resistência se manifesta na organização dos próprios quilombos, nas religiões de matriz africanas presentes nas práticas cotidianas, na forma como se vestem e falam, e principalmente no espírito de comunidade.

Malcher (2009) nos traz que o quilombo assume um formato de espaço de afirmação criado por pessoas negras que resistiam à extermínio do povo negro. Além da apropriação de um espaço de resistência, o quilombo é ainda um território comprometido com a preservação da biodiversidade, entendendo que este deve ser preservado por ser fonte de (sub)existência e de uso da comunidade.

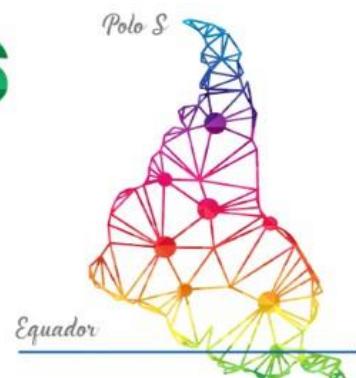
O território para as comunidades quilombolas, como exposto, possui uma importante representação para a comunidade que ali reside, entretanto conforme Urquiza e Santos (2017) documentaram a regularização fundiária no Mato Grosso do Sul (MS) revelaram um desconhecimento das autoridades sobre o significado do território para as comunidades quilombolas. O que vemos hoje nas comunidades quilombolas do MS é fruto de embates e união, originadas em processos que construíram uma significativa rede de relações socioculturais, econômicas e políticas contra um sistema que quer colonizar e tratar o que é legítimo e o que não é.

Essa realidade é ilustrada na pesquisa realizada na comunidade quilombola Campos Correa, onde as comunidades enfrentam a difícil decisão entre permanecer no território, sujeitando-se a entraves legais e disputas territoriais, ou sair e perdê-lo, sendo



## I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da América Latina através das inovações sociais?”**



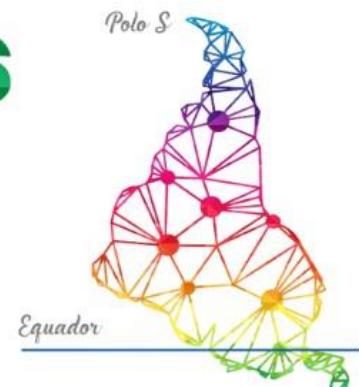
[...] paradigmático constatar que o próprio Estado é agente ativo nos processos de isolamento dos territórios quilombolas investigados. A Comunidade Quilombola de Campos Correa, por exemplo, a despeito de localizar-se no perímetro urbano, muito próximo da região central da cidade de Corumbá, nem sequer possui água encanada e luz elétrica – de uma maneira geral, a comunidade acessa esses itens básicos por intermédio de ligações clandestinas, chamadas de “gatos” pelos moradores do território [...] (ARRUDA; MARIANI; NOLASCO; et al., 2020, p.7)

Gomes (1997) sugere que os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas ocorreram devido às matas se tornarem refúgio contra perseguições, formas de racismo e violência, e isso persiste estruturalmente com diferentes formas de abordagem. Nesse contexto, a inovação foi fundamental para garantir a sobrevivência em ambientes onde o território e a comunidade estão interligados.

Historicamente, as comunidades quilombolas buscaram criar práticas sustentáveis para se adaptar e hoje em muitos exemplos são modelos de sucesso para a sociedade além do quilombo. Um exemplo é o turismo de base comunitária (TBC), que de acordo com Coriolano (2006) envolve a vida cotidiana da comunidade, incluindo aspectos econômicos, culturais e relacionais, sendo apresentado para turistas externos.

Coriolano (2006) e Araújo e Gelbcke (2008) nos apresentam o TBC como uma atividade dirigida pela população local, responsável por planejar, implementar e avaliar o turismo que emerge da comunidade. Almeida e Castro (2017) concordam e adicionam que as atividades do TBC partem da visão particular de cada comunidade, integrando saberes e memórias locais. A TBC também pode ser vista como uma forma mais sustentável do turismo de massa, beneficiando comunidades com pouca concentração de poder social e econômico.

Silva (2014) nos traz que ao analisar o TBC em relação às comunidades quilombolas, vemos uma oportunidade para preservar a cultura e o desenvolvimento socioambiental dessas comunidades. O TBC pode gerar renda, valorizar o território e fomentar a valorização das ancestralidades, mantendo os costumes da população quilombola na comunidade.



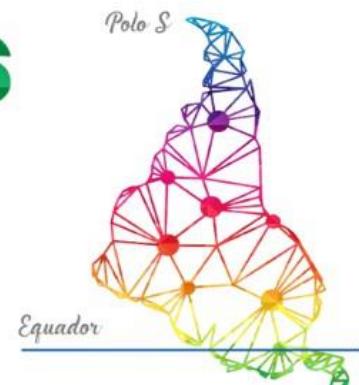
A realidade Sul-Matogrossense com o turismo de base comunitária em comunidades quilombolas, de acordo com Xavier (2023) é de cerca de 22 territórios quilombolas que são reconhecidos pela Fundação Palmares no Mato Grosso do Sul, onde 81% desses territórios estão em processo de reconhecimento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Xavier (2023) apresenta relatos importantes de pessoas que vivem nos quilombos da região Sul-Mato-Grossense, e traz um panorama do TBC nessas comunidades onde existem pontos de melhorias, tanto para as comunidades onde o TBC já está em operação quanto para aquelas que ainda essa proposta está no campo do desejo.

É fundamental que as raízes do turismo permaneçam na própria comunidade, para garantir a sustentabilidade do negócio. Portanto, o TBC deve planejar, organizar e executar o plano turístico sem depender de recursos externos, especialmente nas comunidades quilombolas que já estão em operação, visto que o “envolvimento da comunidade é o fator principal para desenvolvimento do TBC, [...] pelo autoplanejamento e autogestão das funções, além disso, o patrimônio cultural, bem como o ambiente natural, ou seja, neste caso, os próprios territórios, são as atrações turísticas. (ARRUDA; XAVIER; MARIANI, 2021, p.242)

Apesar das dificuldades operacionais identificadas pelas pesquisas de Xavier (2023), os autores Arruda, Mariani e Nolasco et al. (2020) destacam que o TBC é visto de forma positiva e como um desejo pela maioria das pessoas que fazem parte das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Essas comunidades percebem benefícios relacionados com a geração de renda e o melhoramento da qualidade de vida sem a necessidade de sair dos seus territórios para obter esses ganhos.

Arruda, Xavier e Mariani (2021) complementam que, em uma pesquisa realizada em uma comunidade quilombola de Corumbá, o TBC foi identificado como uma opção para trazer segurança para o trabalho, uma vez que as pessoas dessa comunidade se dedicam à sazonalidade da pesca e da agricultura. No entanto, os autores apontam que, apesar do panorama positivo em relação ao desejo da implementação do TBC nos territórios, existem obstáculos, como a falta de informação e recursos, que dificultam a estabilização do TBC na comunidade pesquisada.



Arruda, Mariani e Nolasco et al. (2021) destacam a necessidade de abordar as comunidades quilombolas com uma lente decolonial, permitindo o surgimento de alternativas sustentáveis e não hegemônizadas. Quijano (2014) enfatiza a decolonialidade como uma quebra na perspectiva eurocêntrica, possibilitando a inclusão de conhecimentos diversos.

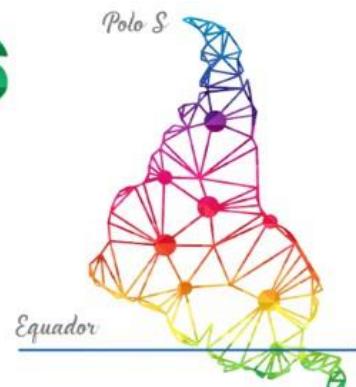
A decolonialidade nos ajuda a entender que existe uma alternativa sustentável para a mercantilização do turismo, e o TBC surge como um caminho possível para romper com as formas de turismo de massa que se manifestam por meio da atividade turística, a qual monetiza e extrai dos territórios, enxergando a população local como mercadoria e, assim, não dando os devidos créditos às comunidades locais.

Chamber e Buzinde (2015) acrescentam essa ideia, trazendo uma oportunidade para desenvolver pesquisas com uma lente decolonial. Segundo as autoras, o conhecimento decolonial aplicado ao turismo ainda apresenta lacunas nas pesquisas, mantendo um conhecimento colonial predominante. Olhar para o turismo sob a lente decolonial significa ampliar as possibilidades de turismos que vão além dos conhecimentos ocidentais.

Dessa forma, esta pesquisa se propõe compreender o TBC em comunidades quilombolas rurais do Mato Grosso do Sul mediante o desenvolvimento de intervenções em gestão com a comunidade numa perspectiva decolonial. Como problema de pesquisa, busca-se entender: Intervenções estratégicas em gestão, com uma lente decolonial e adaptadas a realidade local, podem ser otimizadas para ampliar a viabilidade do TBC como negócio, aumentando seus impactos positivos, enquanto simultaneamente reduzem os efeitos negativos na comunidade local e na biodiversidade?

### METODOLOGIA

Segundo Borda (1977), a pesquisa-ação é um processo baseado na experiência que engloba a articulação de ação política, pesquisa e educação de pessoas adultas. Nesta pesquisa, a metodologia envolverá a observação no território para vivenciar o cotidiano e perceber os fatos que são produzidos no local e a partir da interação com a comunidade co-construir intervenções.



A escolha dessa metodologia fundamenta-se na necessidade de um enfoque colaborativo para compreender e abordar holisticamente os impactos do turismo de base comunitária (TBC), considerando as dimensões socioeconômicas, culturais e ambientais.

A pesquisa terá como foco a compreensão dos impactos do TBC nas comunidades quilombolas, considerando a complexidade e diversidade desses efeitos. Trata-se de uma abordagem qualitativa, que se fundamenta na coleta de informações sobre as reações do público às interações propostas na pesquisa, bem como na análise dessas informações com base no levantamento bibliográfico.

### RESULTADOS

Com base na fase inicial de levantamento bibliográfico de pesquisas já realizadas com as comunidades quilombolas no MS por Xavier (2023), Urquiza e Santos (2017), Arruda, Xavier e Mariani (2021) e Arruda, Mariani e Nolasco et al. (2020) que foram citadas neste resumo e a experiência dos autores na gestão de negócios decoloniais, é possível considerar a existência de uma dificuldade das comunidades quilombolas rurais em implementar o TBC por razões que são multifacetadas, seja por falta de financiamento e/ou inexistência de políticas públicas.

### CONCLUSÕES

A autossustentabilidade das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul representa um ato de resistência contra as estruturas sistemáticas que perpetuam desigualdades. A metáfora produzida por Löwy (2000) "no rio da história não há contempladores do rio: nós somos o rio" ressalta a necessidade de reconhecermos nossa posição como agentes ativos na transformação de realidades historicamente marginalizadas. Assim, a pesquisa não apenas busca documentar as realidades, mas também se propõe a ser uma ferramenta ativa na construção de narrativas mais inclusivas e equitativas.

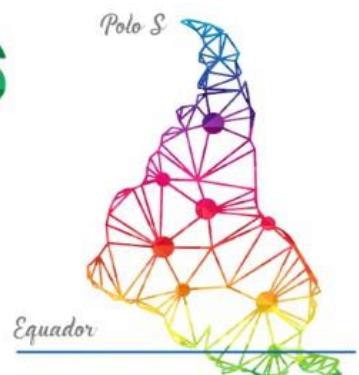
Além da responsabilidade coletiva de direcionar atenção às comunidades quilombolas, há a necessidade e relevância urgente de sensibilizar para a invisibilidade e a escassez de oportunidades enfrentadas por essas populações rurais. Esta pesquisa, portanto,



# ELABVIS

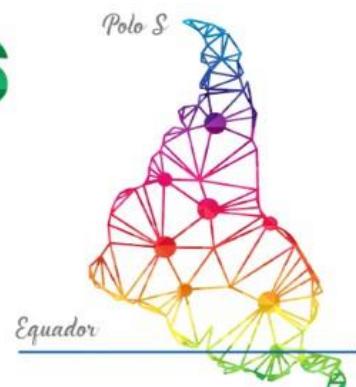
## I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE BEM VIVER E INOVAÇÃO SOCIAL

**“Como podemos cultivar o Bem Viver nas cidades da América Latina através das inovações sociais?”**



não apenas promove a conscientização sobre a importância do TBC, mas também buscará promover a carência de políticas públicas direcionadas à população rural, abrindo debates e ações direcionadas à correção dessas disparidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombolas; Turismo de Base Comunitária; Decolonialidade



### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. CASTRO, J. **Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.66-81, 2017.

ARAÚJO, G. GELCKE, D. **Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento.** Turismo-Visão e Ação, 10(3), 358-377. 2008.

ARRUDA, D. XAVIER, L. MARIANI, M. **As potencialidades em torno do turismo de base comunitária em territórios quilombolas em Corumbá-MS.** Revista GeoPantanal. Campo Grande, MS. v. 16 n. 30. 2021.

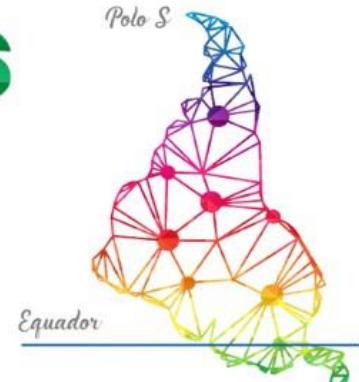
ARRUDA, D. MARIANI, M. NOLASCO, G. ARRUDA, D. **O cotidiano em territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul, Brasil: do isolamento às múltiplas (re)existências.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, p. 563-582, abr./jun. 2021.

BORDA, O. **Por la praxis:** cómo intervenir en la realidad para transformarla. In: CRÍTICA Y POLÍTICA EN CIENCIAS SOCIALES. Simposio Mundial de Cartagena. Bogotá: Punta de Lanza, 1977.

CHAMBERS, D. BUZINDE, C. **Tourism and decolonisation:** Locating research and self. Annals of Tourism Research, v. 51, 2015.

CORIOLANO, L. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à Pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

GOMES, F. **A Hidra e os pântanos:** quilombos e mocambos no Brasil (sécs.XVII-XIX). Tese de Doutorado, Campinas: UNICAMP, 1997.



HAESBAERT, R. **Território, Cultura e Des-Territorialização**. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA R. Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro, Ed. da UERJ, 2001. p.115-144.

JESUS, C. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

LÖWY, M. **Ideologia e ciência social**. São Paulo: Cortez. 2000.

MALCHER, M. **A Geografia da Territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé-açu**: o caso da ARQUINEC – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará. 2000. Belém: CEFET.

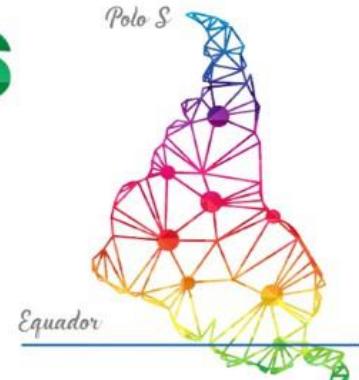
MARIANI, M. ARRUDA, D. **Território, territorialidade e desenvolvimento local**: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. Anais do Congresso da SOBER. Campo Grande/MS, 48. 2010.

MORAES, A. **Território e História no Brasil**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Annablume, 2002.

NASCIMENTO, M. **Kilombo e memória comunitária**: um estudo de caso. In: Estudos Afro-Asiáticos 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, 1982, pp.259-265.

\_\_\_\_\_. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. In: Afrodiáspora 6-7 - Revista do mundo negro, Rio de Janeiro, Ipeafro, ano 3, n.º 6 e 7, 1985, pp. 41-49.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y classificación social** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2014. Disponível em: Acesso em: dez. 2023. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>.



SANTOS, M. **O dinheiro e o território.** In: Santos, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Cap. 1).

SILVA, R. **O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas.** Revista Brasileira de Ecoturismo, Diadema, SP, v. 7, n. 1, p. 178-97, fev./abr. 2014.

URQUIZA, A. SANTOS, L. **Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 7, n. 2, p. 231-47, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4753>.

XAVIER, L. **Potencialidades em torno do turismo no espaço rural em territórios do Mato Grosso do Sul.** Tese de Doutorado em Administração. Campo Grande. UFMS. 2023.